

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ARAÇATUBA

Comunicado
Considerando:
a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;
b) Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;
c) A necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da Instrução 01/2008 – Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.
Listamos, a seguir, o impedimento de pagamentos devido aos credores estarem registrados no CADIN Estadual, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela Unidade Gestora:

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
130136	2018PD00018	R\$ 810,50

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GENERAL SALGADO

Comunicado
Considerando:
a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;
b) Os termos do artigo 6ºda Lei Estadual 12.799/2008;
c) A necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da Instrução 01/2008 – Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.
Listamos, a seguir, o impedimento de pagamentos devido aos credores estarem registrados no Cadin Estadual, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela Unidade Gestora:

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
130149	2018PD00014	1.237,73

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ITAPETININGA

Extrato de Contrato
Resumo da Ordem de Execução de Serviços/Materiais, efetuado por Inexigibilidade de Licitação, artigo 25, Inciso I, da Lei Federal 8.666/93, durante o período de fevereiro de 2018.
PSAA – 1.099/2018.
Contratante: Escritório de Desenvolvimento Rural de Itapetininga
Contratada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.
Objeto: Pagamento de Seguro DPVAT - Frota Escritório de Desenvolvimento Rural de Itapetininga.
Valor: Projeto D.R.S. MBH II = 867,38.
Classificação: 33903944 - PTRES 130219 Projeto D.R.S. MBH II.

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ITAPEVA

Comunicado
Considerando:
a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;
b) Os termos do artigo 6º da Lei estadual 12.799/2008;
c) A necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.
Listamos, a seguir, o impedimento de pagamentos devido aos credores estarem registrados no CADIN Estadual, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela Unidade Gestora:

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
130152	2018PD01100011	682,62

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PINDAMONHANGABA

Retificação do D.O. de 16-2-2018
Retificamos o número da Programação de Desembolso (PD), referente ao impedimento de pagamentos devido aos credores estarem registrados no Cadin Estadual, de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, como se segue: - onde se lê: 2017PD00007 - leia-se: 2018PD00007.

ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VOTUPORANGA

Comunicado
Considerando:
a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;
b) Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;
c) A necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.
Listamos, a seguir, o impedimento de pagamento devido ao credor estar registrado no CADIN Estadual de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela unidade gestora:

UG LIQUIDANTE	PD	VALOR
130174	2018PD00016	R\$ 568,46

COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

GRUPO DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL

Despacho do Diretor, de 16-2-2018
Deferindo, o recurso interposto por Romulo Aparecido Sales Pereira, referente ao A.I. 002/1709/2016, e cancelo o Auto de Infração e a penalidade de “advertência” anteriormente aplicada, referente ao processo SAA 14.290/2016.
Despacho do Diretor, de 16-2-2018
Indeferindo, o recurso interposto pela J. A. Piedade Produtos Agrícolas Ltda, referente ao A.I. 214.17/2017, e mantenho a penalidade de “advertência” anteriormente aplicada, Processo SAA 7.000/2017.

Direitos da Pessoa com Deficiência

GABINETE DA SECRETÁRIA

Extrato de 3º Termo Aditivo
Processo SEDPcd 70452/2015
Contrato SEDPCD 015/2015
Contratante: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Contratada: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de estimativa de custos dos tratamentos de reabilitação de pessoas com

deficiência física, para os estabelecimentos de reabilitação da Rede Lucy Montoro.
Objeto do aditamento: Prorrogação de prazo por 4 meses.
Data da celebração: 16-02-2018.
Vigência: 4 meses.
Parecer CJ SEDPcd 002/2018 de 15-02-2018

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE 15, de 16-2-2018
Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31-7-2014

O Secretário da Educação, com base no artigo 80, inciso II, alínea “c”, item 1, e alínea “h”, do Decreto Estadual 57.141, de 18-07-2011;
Considerando o dispositivo do artigo 30, inciso VI da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014;
Considerando o item 23 do Parecer CJ/SE 2.207/2016, combinado com o que ficou consignado no Parecer AJG 562/2016, item 33;
Considerando a importância de que a Secretaria conte com o maior número possível de entidades credenciadas, frente à alta demanda de atendimento educacional reservado ao público da educação especial;
Considerando que a antecipação do processo de credenciamento de organizações da sociedade civil, sem prejuízo de nova deflagração no corrente ano, tem por escopo finalístico oferecer ao público da educação especial uma ampla rede de atendimento;
Resolve:
CAPÍTULO I
Do Certame
Artigo 1º - Realizar o presente processo de credenciamento, nos termos do artigo 30, inciso VI da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014, para que as organizações da sociedade civil, à luz do constante no artigo 2º, inciso I, alíneas “a” a “c” da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014, na hipótese de manifesto interesse em celebrar Termo de Colaboração com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, para a promoção do atendimento de educandos com deficiência intelectual, deficiência múltipla associada a deficiência intelectual, que necessitem de apoio permanente-pervasivo, ou para atendimento de educandos com Transtorno do Espectro Autista ou deficiência múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que necessitem de apoio substancial ou muito substancial, correspondentes aos níveis de gravidade 2 e 3, de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5ª Edição (DSM-5), respectivamente, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
§ 1º - As organizações da sociedade civil interessadas deverão manifestar seu intento junto a esta Pasta, até a data de 17-04-2018, na forma estabelecida nesta Resolução.
Artigo 2º - As organizações da sociedade civil já credenciadas, listada no Anexo I desta Resolução, fruto da participação no processo de credenciamento atinente à Resolução SE 59/2016, estão dispensadas deste processo de credenciamento, bem como aquelas que apresentaram documentação para o processo a que se refere a Resolução SE 49/2017, cujo processo encontra-se pendente de análise e decisão.
§ 1º - Eventual documentação apresentada por organização da sociedade civil na hipótese do “caput” deste artigo, será desconsiderada, para todos os fins.
TÍTULO I
Do Processo de Credenciamento
Artigo 3º - As organizações da sociedade civil que tiverem interesse em celebrar Termo de Colaboração em consonância com o artigo 1º desta Resolução, deverão, no prazo assinalado no § 1º, do artigo 1º, instruir seu intento em formato adequado, acompanhado dos seguintes documentos:
I - Envelope lacrado, endereçado à Presidência da Comissão de Análise Técnica, indicando externamente, além da razão social da organização da sociedade civil interessada, a referência: “Processo de Credenciamento - Resolução SE 15/2018”, contendo:
a) cópia do estatuto social e de eventuais alterações, registrado, ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (inciso III, artigo 34, da Lei 13.019/14), ou de norma interna equivalente, que preveja expressamente:
1. o atendimento aos requisitos elencados no artigo 2º, inciso I, alíneas “a” “b” ou “c” da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014, conforme o caso;
2. afinidade dos objetivos sociais da entidade com o objeto do Termo de Colaboração, conforme descrito no “caput” do artigo 1º;
3. que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014 e cujo objeto seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
4. escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, que comprove a existência mínima de 2 (dois) anos da entidade;
c) portfólio das realizações da entidade, ou documento equivalente, que comprovem a experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto do Termo de Colaboração ou de natureza semelhante, nos termos do artigo 33, inciso V, alínea “b” da Lei Federal 13.019 de 31-07-2014;
d) descritivo das instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades objeto do Termo de Colaboração, descritas no artigo 1º desta Resolução, observado o artigo 33, inciso V, § 5º, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014;
e) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
f) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de cada um deles;
g) comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
h) declaração do representante legal, sob as penas da lei, que ateste expressamente não incidir em nenhuma das vedações elencadas nos incisos do artigo 39, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014;
i) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
j) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS/CRF;
k) Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
l) Comprovante de Regularidade no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN Estadual;
m) Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE, nos termos do Decreto Estadual 57.501, de 08-11-2011;

n) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais do domicílio da sede da entidade;
o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
p) Cópia de simples consulta à Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em \<https://www4.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados>, a fim de se verificar a hipótese de incidência do artigo 39, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014;
q) Cópia da Portaria ou respectiva decisão administrativa, que tenha autorizado a entidade a funcionar como estabelecimento de ensino, nos termos da Deliberação CEE 138/2016 e Resolução SE 29/2012.
§ 1º - A documentação assinalada no inciso I, alíneas “c” e “d” deste artigo, será analisada, exclusivamente, pelos membros da Comissão de Análise Técnica que tenham sido indicados pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, sobre o qual emitirão parecer.
§ 2º - Serão dispensadas do atendimento ao disposto no inciso I, alínea “a”, item 3 deste artigo, as organizações religiosas.
§ 3º - As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no item 4, do inciso I, estando dispensadas do atendimento ao requisito previsto no item 3, do inciso I, deste artigo.
§ 4º - Na hipótese do artigo 1º, inciso I, alínea “c” e “d”, a organização da sociedade civil que já tenha celebrado parceria com a Administração Pública, poderá se valer da apresentação de documentos de caráter pedagógico atinentes à realização do trabalho resultante da parceria.
§ 5º - A documentação constante nas alíneas do inciso I do “caput” deste artigo deverá ser entregue em sua totalidade, na ordem estabelecida nesta Resolução, bem como não deverá ser espiralada ou transfixada por material análogo, sob pena de ser desconsiderada, para todos os fins.
§ 6º - A documentação apresentada que tenha prazo de validade, deverá ser novamente apresentada, na hipótese de celebração do Termo de Colaboração, como requisito à sua regularidade.
§ 7º - A documentação apresentada neste processo não exime a entidade da obrigatoriedade de apresentar outros que venham a ser exigidos por força do instrumento do Termo de Colaboração ou das demais legislações aplicáveis, necessária para a formalização e regularidade do ajuste.
TÍTULO II
Do Recebimento e da Análise da Documentação
Artigo 4º - A documentação mencionada no artigo anterior deverá ser entregue, por qualquer meio físico, na sede da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, localizada na Praça da República, 53, sala 43, térreo - Protocolo, República, São Paulo/SP, CEP 01045-903, até o dia 17-04-2018.
Artigo 5º - A análise da documentação apresentada será realizada de forma objetiva à luz da legislação aplicável, pela Comissão de Análise Técnica designada nesta Resolução.
Artigo 6º - Havendo fundadas dúvidas jurídicas na análise da documentação respectiva, a Presidência da Comissão deverá suscitar análise prévia da Consultoria Jurídica da Pasta, visando dirimir a questão.
Artigo 7º - Após a análise da documentação, a Comissão de Análise Técnica ou membro previamente designado:
I - Posicionar-se-á quanto à regularidade formal dos documentos apresentados, indicando se foi constatada alguma irregularidade ou omissão;
II - Manifestar-se-á sobre eventual recomendação de concessão de prazo suplementar para entrega ou regularização de documentos, na hipótese da irregularidade ser sanável, mediante motivação;
III - Adotará outras providências indicadas pela Presidência da Comissão.

ANEXO I Relação de Organizações da Sociedade Civil Credenciadas, a que alude o artigo 2º desta Resolução.		
OSC	MUNICÍPIO	DIRETORIA DE ENSINO
Apae de São Caetano do Sul	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo
Associação de Amigos do Autista de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Apae de Bofete	Bofete	Botucatu
Associação de Amigos do Autista de São Paulo	São Paulo	Centro Sul
Centro de Estimulação e Reabilitação Educacional e Neurológico "José Canzi Júnior" - Ceren	Araras	Pirassununga
Apae de Araras	Araras	Pirassununga
Apae de Andradina	Andradina	Andradina
Apae de Penápolis	Penápolis	Penápolis
Apae de São Joaquim da Barra	São Joaquim da Barra	São Joaquim da Barra
Apae de Arujá	Arujá	Jacareí
Associação Educacional para Crianças Especiais Bem Te Vi	São José Dos Campos	São José Dos Campos
Apae de São José Dos Campos	São José Dos Campos	São José Dos Campos
Apae de Angatuba	Angatuba	Itapetininga
Apae de Araçatuba	Araçatuba	Araçatuba
Apae de Sales de Oliveira	Sales de Oliveira	De São Joaquim da Barra
Centro de Recuperação e Integração do Excepcional	Guararapes	Araçatuba
Apae de Mongaguá	Mongaguá	São Vicente
Apae de Ilha Comprida	Ilha Comprida	Miracatu
Apae de Jacupiranga	Jacupiranga	Registro
Apae de Itariri	Itariri	Miracatu
Apae de Pariquera Açu	Pariquera Açu	Registro
Apae de Pedro de Toledo	Pedro de Toledo	Miracatu
Apae de Atibaia	Atibaia	Bragança Paulista
Apae de Miracatu	Miracatu	Miracatu
Apae de Jau	Jau	Jau
Apae de Perdeneiras	Perdeneiras	Jaú
Apae de Iguape	Iguape	Miracatu
Apae de Descalvado	Descalvado	São Carlos
Apae de Brotas	Brotas	Jaú
Apae de Biriri	Bariri	Jaú
Apae de Juquiá	Juquiá	Miracatu
Apae de Registro	Registro	Registro
Apae de Cajati	Cajati	Registro
Apae de Sete Barras	Sete Barras	Registro
Apae de Santa Cruz do Rio Pardo	Santa Cruz do Rio Pardo	Ourinhos
Apae de Bastos	Bastos	Tupã
Apae de Osvaldo Cruz	Osvaldo Cruz	Adamantina
Apae de Taquarituba	Taquarituba	Avaré
Apae de Pompéia	Pompéia	Marília
Apae de Itararé	Itararé	Itararé
Apae de Salto Grande	Salto Grande	Ourinhos
Apae de Chavantes	Chavantes	Ourinhos
Apae de Cândido Mota	Cândido Mota	Assis
Apae de Ourinhos	Ourinhos	Ourinhos
Apae de Assis	Assis	Assis
Apae de Dracena	Dracena	Adamantina
Apae de Tupã	Tupã	Tupã
Apae de Lucélia	Lucélia	Adamantina
Apae de Itapeva	Itapeva	Itapeva
Apae de Marília	Marília	Marília
Apae de Paraguaçu Paulista	Paraguaçu Paulista	Assis
Apae de Julio de Mesquita	Julio de Mesquita	Marília
Apae de Patrocinio Paulista	Patrocinio Paulista	Franca
Apae de Altinópolis	Altinópolis	Ribeirão Preto
Apae de Cajuru	Cajuru	Ribeirão Preto
Apae de Pontal	Pontal	Sertãozinho
Apae de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
Apae de Pitangueiras	Pitangueiras	Sertãozinho
Apae de Brodowski	Brodowski	Ribeirão Preto
Apae de Auriflama	Auriflama	Jales
Apae de Mauá	Mauá	Mauá
Apae de Batatais	Batatais	Ribeirão Preto
Apae de São Manuel	São Manuel	Botucatu
Apae de Nhandeara	Nhandeara	Votuporanga

§ 1º - Cada membro designado para análise da documentação da organização da sociedade civil terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação e emitir parecer, à luz do que consta nos incisos I a III deste artigo.

Artigo 8º - Se, ao final do prazo adicional de que trata o artigo 7º, “caput”, inciso II, desta Resolução, não forem sanadas as eventuais pendências apontadas, as organizações da sociedade civil cuja documentação estiver desconforme não serão credenciadas.

TÍTULO III
Da Divulgação do Resultado do Credenciamento
Artigo 9º - Findos os prazos e, decididos todos os pleitos pela Chefia de Gabinete da Secretaria da Educação, a Comissão emitirá relatório com o resultado final do processo de credenciamento, o qual será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

TÍTULO IV
Dos Recursos
Artigo 10 - Da publicação da decisão da autoridade quanto ao credenciamento, à luz do artigo 9º, caberá recurso dirigido ao Secretário da Educação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

TÍTULO V
Da Comissão de Análise Técnica
Artigo 11 - Integram a Comissão de Análise Técnica:
I - Telma Totino, RG 9.496.186-4, que exercerá a Presidência;
II - Guilherme Rodrigues, RG 33.789.450-4, que exercerá a Vice-Presidência;
III - Denis da Costa Pereira Filho, RG 30.221.707-1, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica;
IV - Glenda Aref Salamah de Mello Araujo, RG 23.547.900-7, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica;
V - Fernando Ribeiro Leite, RG 59.350.340-5, da Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
VI-Eliana Lima dos Santos, RG 25.743.780-0, da Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

TÍTULO VI
Das Disposições Finais
Artigo 12 - Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, em quaisquer fases do processo de credenciamento ou de execução do Termo de Colaboração, alegações de desconhecimento das normas desta Resolução e da legislação aplicável.

Artigo 13 - Todos os custos decorrentes da participação no processo de credenciamento serão de inteira responsabilidade das organizações da sociedade civil interessadas, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização.

Artigo 14 - É facultada à Secretaria de Estado da Educação, em qualquer fase do processo de credenciamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento, sendo vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente do pleito, salvo nos casos de concessão de prazos adicionais expressamente previstos nesta Resolução.

Artigo 15 - O credenciamento das organizações da sociedade civil não gera o direito à celebração do Termo de Colaboração.

Artigo 16 - Na hipótese de celebração do Termo de Colaboração respectivo, o Dirigente de Ensino ou a autoridade competente que lhe faça as vezes, deverá justificar sua escolha, dentre as opções de entidades credenciadas existentes, observado o que dispõe o artigo 32, § 1º, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014, sem prejuízo da observância dos demais dispositivos que regem a matéria.

Artigo 17 - O presente processo de credenciamento poderá ser revogado a critério do Titular da Pasta, ou anulado, por ilegalidade posteriormente reconhecida, mediante prévia fundamentação.

Artigo 18 - Hipóteses de conflito ou omissão provenientes desta Resolução, serão dirimidas pela Comissão de Análise Técnica, com aval da Presidência.

Artigo 19 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Apae de Votuporanga
Apae de Fernandópolis
Apae de Jales
Apae de Estrela D' oeste
Apae de General Salgado
Apae de Santa Fé Do Sul
Apae de Palmeira D' oeste
Apae de Cajamar
Associação Fraterna de Pais e Amigos das Crianças Especiais "Recanto Tia Marlene"
Apae de Indiaporã
Apae de Igaragu do Tietê
Apae de Capivari
Associação Renascer Centro de Reabilitação e Integração
Apae de Guapiara
Associação de Prevenção, Atendimento Especializado e Inclusão da Pessoa com Deficiência
Apae de Orlandia
Apae de Guaraci
Apae de Jardinópolis
Apae de Presidente Venceslau
Apae de Martinópolis
Apae de Presidente Epitácio
Apae de Panorama
Apae de Ferraz de Vasconcelos
Apae de Miguelópolis
Apae de Mogi das Cruzes
Apae de São José Do Rio Pardo
Apae de Várzea Paulista
Apae de Porto Feliz
Apae de Boituva
Apae de Paranapanema
Apae de Jundiaí
Apae de Presidente Prudente
Apae de Regente Feijó
Apae de Santo Anastácio
Apae de Itapetininga
Apae de Cesário Lange
Apae de São Miguel Arcanjo
Apae de Presidente Bernardes
Associação de Desenvolvimento de Crianças Limitadas
Apae de Quata
Apae de Pirapozinho
Apae de Teodoro Sampaio
Apae de Mairiporã
Apae de Garça
Apae de Sudmennucci
Apae de Rosana
Apae de Caieiras
Apae de Campo Limpo Paulista
Apae de Birigui
Apae de Capão Bonito
Apae de Jarinu
Apae de Valinhos
Apae de Socorro
Apae de Piracaia
Apae de Macatuba
Apae de Sertãozinho
Apae de Ituverava
Apae de Rancharia
Apae de Tatui
Apae de Franca
Apae de Itatiba
Casa da Criança de Barra Bonita
Apae de Bragança Paulista
Associação da Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo
Apae de Campos do Jordão
Apae de Botucatu
Apae de Itú
Apae de Colina
Apae de Indaiatuba
Associação Metodista de Ação Social de São Caetano do Sul
Apae de Rio Grande da Serra
Lar Escola Mãe Divino Amor
Apae de Piedade
Apae de Capela do Alto
Apae de Votorantim
Apae de Ilhabela
Apae de Areiópolis
Apae de Guarulhos
Apae de Limeira
Apae de Guaratinguetá
Apae de Taubaté
Apae de Piraju
Apae de Pirassununga
Apae de Bauru
Associação Pestalozzi de Campinas
Apae de Mirandópolis
Apae de Vargem Grande do Sul
Apae de Espírito Santo do Pinhal
Apae de Caconde
Apae de Casa Branca
Associação de Atendimento Educacional Especializado
Mantenedora Jacarei Ampara Menores
Apae de Barretos
Apae de Tupi Paulista
Apae de Matão
Apae de Buri
Apae de São João da Boa Vista
Apae de Santa Rosa do Viterbo
Apae de Borborema
Apae de Tambaú
Apae de Araraquara
Apae de Ibitinga
Apae de Tapiratiba
Apae de Itápolis
Apae de São Sebastião da Grama
Apae de Olimpia
Apae de Aguai
Apae de Nuporanga
Apae de Ibaté
Apae de Itapui
Associação de Pais e Amigos do Autista - Espaço Potencial
Apae de Lins
Apae de Itaporanga
Apae de Rio Claro
Apae de Fartura
Apae de Pindamonhangaba
Apae de Bocaina
Apae de Avaré
Apae de Roseira
Apae de Adamantina
Apae de Cunha
Apae de Torrinha
Apae de Lorena
Apae de Piracicaba
Apae de Cruzeiro
Apae de Santa Barbara D' oeste
Apae de Nova Odessa
Apae de Dois Córregos
Apae de Valparaíso
Apae de Cerqueira Cesar
Apae de Peruíbe
Grupo Assistencial Cáritas
Apae de Aparecida
Apae de Arealva
Apae de Mogi Mirim
Apae de Sumaré
Apae de Americana
Apae de Conchal
Apae de Caçapava

Votuporanga
Fernandópolis
Jales
Estrela D' oeste
General Salgado
Santa Fé Do Sul
Palmeida D' oeste
Cajamar
Votuporanga
Indiaporã
Igaracu do Tietê
Capivari
São José Do Rio Preto
Guapiara
Ribeirão Pires
Orlândia
Guaraci
Jardinópolis
Presidente Venceslau
Martinópolis
Presidente Epitacio
Panorama
Ferraz de Vasconcelos
Miguelópolis
Mogi das Cruzes
São José Do Rio Pardo
Várzea Paulista
Porto Feliz
Boituva
Paranapanema
Jundiaí
Presidente Prudente
Regente Feijó
Santo Anastácio
Itapetininga
Cesário Lange
São Miguel Arcanjo
Presidente Bernardes
Presidente Prudente
Quatá
Pirapozinho
Teodoro Sampaio
Mairiporã
Garça
Sudmennucci
Rosana
Caieiras
Campo Limpo Paulista
Birigui
Capão Bonito
Jundiaí
Valinhos
Socorro
Piracaia
Macatuba
Sertãozinho
Ituverava
Rancharia
Tatui
Franca
Itatiba
Barra Bonita
Bragança Paulista
São Paulo
Campos do Jordão
Botucatu
Itú
Colina
Indaiatuba
São Caetano do Sul
Rio Grande da Serra
São Paulo
Piedade
Capela do Alto
Votorantim
Ilhabela
Jacarei
Guarulhos
Limeira
Guaratinguetá
Taubaté
Piraju
Pirassununga
Bauru
Campinas
Mirandópolis
Vargem Grande do Sul
Espírito Santo do Pinhal
Caconde
Casa Branca
Araraquara
Jacarei
Barretos
Tupi Paulista
Matão
Buri
São João da Boa Vista
Santa Rosa do Viterbo
Borborema
Tambaú
Araraquara
Ibitinga
Tapiratiba
Itápolis
São Sebastião da Grama
Olimpia
Aguai
Nuporanga
Ibaté
Itapui
Marília
Lins
Itaporanga
Rio Claro
Fartura
Pindamonhangaba
Bocaina
Avaré
Roseira
Adamantina
Cunha
Torrinha
Lorena
Piracicaba
Cruzeiro
Santa Barbara D' oeste
Nova Odessa
Dois Córregos
Valparaíso
Cerqueira César
Peruíbe
São José Do Rio Pardo
Aparecida
Arealva
Mogi Mirim
Sumaré
Americana
Conchal
Caçapava

Apae de Salto
Apae de Ubatuba
Apae de Cachoeira Paulista
Apae de Campinas
Associação do Bem Comum ao Down de Jaboticabal
Apae de Santo Antonio da Posse
Apae de Monte Alto
Apae de Ilha Solteira
Associação de Pais e Amigos dos Alunos da Escola de Educação Especial Passo a Passo
Apae de Jaguariuna
Apae de Artur Nogueira
Apae de Cordeirópolis
Apae de Dourado
Apae de Jaboticabal
Apae de Guareí
Apae de Taquaritinga
Apae de Duartina
Apae de Viradouro
Apae de Terra Roxa
Apae de Santa Cruz das Palmeiras
Associação Criança Especial de Pais Companheiros
Apae de Cosmópolis
Apae de Serrana
Apae de Pedreira
Centro de Reabilitação de Piracicaba
Apae de Estiva Gerbi
Apae de Morro Agudo
Apae de Morungaba
Apae de Amparo
Apae de Mogi Guaçu
Apae de Águas de Lindóia
Apae de Mococa
Apae de Porto Ferreira
Apae de Itapira
Apae de Iacanga
Apae de Santa Rita do Passa Quatro
Apae de Lençóis Paulista
Apae de Pirajui
Apae de Sorocaba
Apae de Tanabi
Apae de Rincão
Apae de Bebedouro
Apae de Tabatinga
Apae de Palmital
Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social
Associação Educacional para Múltipla Deficiência
Apae de Itaipu
Apae de Cotia
Apae de São José Do Rio Preto
Apae de Poá
Apae de Itaquaquecetuba
Apae de José Bonifácio
Apae de Francisco Morato
Associação de Reabilitação Limeirense
Apae de São Sebastião
Apae de Monte Aprazível
Apae de Mirassol
Apae de Itaberá
Apae de Novo Horizonte
Apae de Promissão
Apae de Cravinhos
Apae de Monte Azul Paulista
Apae de Itupeva
Apae de Sabino
Apae de Ribeirão Bonito
Apae de Engenheiro Coelho
Apae de Itapevi
Apae de Riversul
Apae de São Roque
Apae de Poloni
Apae de Ipaussu
Apae de Santo André
Apae de Guaira
Apae de Diadema
Apae de Leme
Apae de Bernardino de Campos
Apae de Caraguatatuba
Apae de Laranjal Paulista
Apae de Catanduva
Associação de Pais Amigos e Educadores de Autistas de Jaú
Apae de São Carlos
Associação de Assistência À Criança Deficiente - Aacd
Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava
Apae de Suzanópolis
Associação Amigos dos Autistas de Sorocaba
Apae de Pereira Barreto

Comunicado Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada no D.O. de 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiváveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem. 2018 PD's UGF 080001 - Tesouro do Estado PDS a serem pagas Data: 16-2-2018		
UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
080339	2018PD00029	270,19
TOTAL		270,19
TOTAL GERAL		270,19
(16-2-2018)		
Comunicado Considerando; As disposições do artigo 5º e do inciso III,do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993; Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008; A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme inciso II, do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora,relaciona-se a seguir as PD's impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no Cadin Estadual. 080088 Data: 16-2-2018		
UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
080323	2018PD00085	57,53
TOTAL		57,53
TOTAL GERAL		57,53
Comunicado Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada no D.O. de 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiváveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias,		

Salto
Ubatuba
Cachoeira Paulista
Campinas
Jaboticabal
Santo Antonio da Posse
Monte Alto
Ilha Solteira
Piracicaba
Jaguariuna
Artur Nogueira
Cordeirópolis
Dourado
Jaboticabal
Guareí
Taquaritinga
Duartina
Viradouro
Terra Roxa
Santa Cruz das Palmeiras
Jacarei
Cosmópolis
Serrana
Pedreira
Piracicaba
Estiva Gerbi
Morro Agudo
Morungaba
Amparo
Mogi Guaçu
Águas de Lindóia
Mococa
Ferreira
Itapira
Iacanga
Santa Rita do Passa Quatro
Lençóis Paulista
Pirajui
Sorocaba
Tanabi
Rincão
Bebedouro
Tabatinga
Palmital
São Paulo
São Paulo
Itaipu
Cotia
São José Do Rio Preto
Poá
Itaquaquecetuba
José Bonifácio
Francisco Morato
Limeira
São Sebastião
Monte Aprazível
Mirassol
Itaberá
Novo Horizonte
Promissão
Cravinhos
Monte Azul Paulista
Itupeva
Sabino
Ribeirão Bonito
Engenheiro Coelho
Itapevi
Riversul
São Roque
Poloni
Ipaussu
Santo André
Guaira
Diadema
Leme
Bernardino de Campos
Caraguatatuba
Laranjal Paulista
Catanduva
Jaú
São Carlos
São Paulo
Capuava
Suzópolis
Sorocaba
Pereira Barreto

Comunicado Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada no D.O. de 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiváveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de Cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no Siafem.		
--	--	--